

economia

Longevidade amplia desafio de planejar o futuro

Simulação mostra que começar a investir aos 30 anos pode reduzir em mais de 13 vezes o aporte mensal necessário

/ DESENVOLVIMENTO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Se viver até os 90 anos deixa de ser uma possibilidade distante, aposentar-se aos 65 significa ter de financiar outros 25 anos de vida. A longevidade, portanto, muda uma das perguntas mais tradicionais do planejamento financeiro. Mais do que descobrir quanto acumular até a aposentadoria, passa a ser necessário calcular por quanto tempo o dinheiro terá de durar.

Uma simulação elaborada por Rafael Nascimento de Cordova, da Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar), a pedido do Jornal do Comércio, dimensiona o desafio. Para receber uma renda complementar equivalente a R\$ 3 mil mensais dos 65 aos 90 anos, considerando retorno real de 4% ao ano, seria necessário chegar à aposentadoria com cerca de R\$ 572,6 mil caso o patrimônio seja consumido até zerar aos 90 anos. Para preservar o principal e viver apenas dos rendimentos, o valor sobe para R\$ 916,4 mil.

Os valores estão em poder de compra atual e não incluem INSS ou outro regime previdenciário. No primeiro modelo, chamado de capital de esgotamento, o aposentado consome os rendimentos e progressivamente o patrimônio. A vantagem é exigir menos recursos. O risco, por outro lado, é evidente: viver além dos 90 anos e ficar sem a reserva justamente quando a capacidade de recompor o patrimônio é menor.

Na renda perpétua, apenas os



Para receber renda complementar de R\$ 3 mil mensais dos 65 aos 90 anos, seria necessário acumular cerca de R\$ 572,6 mil, aponta simulação

rendimentos são utilizados, preservando o principal, mas o esforço de acumulação é aproximadamente 60% maior.

A diferença mais expressiva, porém, está na idade em que o planejamento começa. Quem inicia aos 30 anos precisaria investir R\$ 636 mensais para chegar aos R\$ 572,6 mil aos 65. Começando aos 40, o aporte sobe para R\$ 1.125; aos 50, para R\$ 2.341; e, aos 60, chega a R\$ 8.653 por mês. Para construir renda perpétua, os aportes seriam, respectivamente, R\$ 1.018, R\$ 1.801, R\$ 3.746 e R\$ 13.847.

Ou seja: para alcançar exata-

mente o mesmo objetivo, quem começa aos 60 precisa guardar mensalmente cerca de 13,6 vezes o valor necessário a quem inicia aos 30. “A renda complementar para a aposentadoria pode ser ‘comprada’ de duas formas: com tempo ou com dinheiro”, resume o planejador financeiro CPF. “Quem começa cedo compra o planejamento com tempo e precisa fazer um esforço financeiro mensal menor”, explica.

Na prática, mesmo o menor aporte da simulação está fora do alcance de uma parcela relevante da população. Em 2025, 38% dos trabalhadores brasileiros esta-

vam na informalidade e o rendimento médio real do trabalho era de R\$ 3.560. Para a professora da Ufrgs, Máris Caroline Gosmann, é preciso evitar transformar esse problema estrutural em uma falha individual.

“É muito fácil dizer que todo brasileiro deveria investir 10% ou 15% da renda durante 30 anos. Matematicamente, é um excelente conselho. Economicamente, porém, uma parcela enorme da população simplesmente não possui um excedente mensal estável para fazer isso”, observa.

A Previdência Social continuará, portanto, no centro da

renda dos idosos. Em dezembro de 2025, 65% das aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tinham valor de até um salário mínimo. Para quem tinha rendimentos maiores durante a ativa, aparece outro problema: a perda do padrão de vida. O teto do RGPS está em R\$ 8.475 em 2026.

A tendência, segundo Máris, é de uma aposentadoria sustentada por diferentes camadas: Previdência Social, previdência complementar, investimentos, imóveis, outras rendas e, eventualmente, continuidade parcial no mercado de trabalho.

Planejar, mesmo sem saber o número

Aos 46 anos, o dentista João Paulo Pinto já tenta construir essas camadas. Servidor público e profissional de consultório, ele começou a investir em PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) há cerca de dez anos e mantém ainda um seguro que pretende utilizar apenas no futuro. A expectativa é aposentar-se do serviço público aos 55 anos, reduzir o ritmo no consultório e chegar aos 65 com condições de praticamente deixar de trabalhar.

A preparação, contudo, convive com as despesas do presente. Com dois filhos ainda

no colégio e um financiamento imobiliário em andamento, João Paulo estima conseguir poupar atualmente cerca de 5% da renda. “Está bem puxado e já houve momentos melhores”, admite.

Embora pense há anos na aposentadoria, ele reconhece não ter calculado quanto precisará acumular para sustentar uma vida que pode avançar pelos 80 ou 90 anos. Sua estratégia está mais concentrada em chegar à velhice sem dívidas e com despesas menores. “Não tenho esse cálculo de ‘vou me aposentar aos 65, preciso ter tanto guardado

para chegar aos 85’. Sinceramente, isso eu não tenho”, conta.

É justamente essa conta que tende a ganhar importância. Para Bruno Vargas, líder da XP no Sul, acumular patrimônio deixa de ser suficiente quando a aposentadoria pode ocupar duas ou três décadas. É necessário estimar a renda mensal necessária, proteger o patrimônio da inflação e fazer com que parte dele continue crescendo.

Isso também relativiza a ideia de que, ao se aposentar, o investidor deve simplesmente colocar todo o dinheiro em aplica-

ções conservadoras. Uma parcela pode garantir liquidez e segurança no curto prazo, enquanto outra permanece voltada ao crescimento. Afinal, mesmo aos 65 anos o patrimônio pode precisar trabalhar por mais 20 ou 30.

A transição da acumulação para a geração de renda, segundo Vargas, não ocorre necessariamente em uma idade predeterminada, mas quando o investidor se aproxima do momento em que dependerá do patrimônio para substituir ou complementar o salário.

Para João Paulo, a principal

mudança de percepção veio ao olhar para trás. “Durante muito tempo, gastei sem ter essa preocupação”, diz. Se tivesse desenvolvido antes o hábito de reduzir gastos supérfluos para investir, acredita que hoje estaria em situação melhor.

Esta é a segunda parte do especial sobre os impactos econômicos e financeiros do envelhecimento da população gaúcha. Na primeira reportagem, o JC mostrou como a mudança demográfica já afeta a Previdência, o mercado de trabalho e a economia do Estado.